



**CULTURA EMPREENDEDORA ENTRE OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO: UMA
EXPERIÊNCIA COLETIVA EM UMA ESCOLA DE EJAI NA CIDADE DE
MACEIÓ/AL**

Yvisson Gomes dos Santos¹
E-mail: yvissongomes@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende fazer uma discussão em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) através de uma avaliação do documento do MEC intitulado: Análise da proposta da BNCC do Ensino Médio: Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa avaliação foi feita por nós, em uma Escola de Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI, na cidade de Maceió/AL. O questionário foi-nos encaminhado pela SEDUC/AL, via Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de fazer com que os docentes colocassem seus pontos de vista sobre o referido documento em construção, ou seja, a BNCC. A execução se deu no chamado dia D, em 02 de agosto de 2018, em todas as escolas públicas de Alagoas para o Ensino Médio. Colocamos em ação o perspectivismo de que não poderia haver a ausência de representantes de turma dos discentes para o diagnóstico deste documento. Observando que essa participação dos sujeitos da educação (alunos e professores) seria indispensável para se articular as propostas enviadas à nossa escola de EJAI. Utilizamos, além dos documentos oficiais do MEC para presente pesquisa, bem como de autores que versavam sobre cultura e empreendedorismo na escola para argamassar a presente pesquisa. O aspecto da organização escolar-cultural não deveria ser feito sem o ideário de uma Educação pautada no ensino e aprendizagem eficazes, valorizando o espaço de saberes com a participação transdisciplinar, histórica e ética na promoção da liberdade e autonomia através dos sujeitos da educação. Concluímos que a ação no dia D, tendo como participantes docentes e discentes fez-nos observar que o trabalho em equipe e o envolvimento dos alunos no trabalho/ação no espaço escola retomariam a dialogicidade dos envolvidos, bem como a manutenção de uma Educação emancipadora e cidadã – a saber: para todos.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC. Educação. EJAI. Cultura. Empreendedorismo.

1.INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte de nossa experiência na Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI (Maceió/AL), em que fomos levados a fazer, como professores, nossos apontamentos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no chamado dia D, em 02 de agosto de 2018. Esse dia D veio como sugestão da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas – SEDUC/AL – com a

¹ Doutorando em Educação pelo PPGE/CEDU/UFAL. É professor de Filosofia da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Alagoas – SEDUC/AL. Este presente artigo teve como agência de fomento a FAPEALII (Acordo Capes/Fapeal II).

finalidade de levarmos nossas considerações sobre a referida Base em pontos positivos e/ou negativos para as áreas específicas de conhecimento, ou de *Estudos e Práticas*, da atual LDB 9394/96.

A ideia inicial era de contextualizar aos participantes do referendo sobre se nós, como docentes, nos identificávamos teoricamente e na prática com o fora proposto para a área de nosso conhecimento docente. Em nosso caso particular – *Análise da proposta da BNCC do Ensino Médio: Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* – na disciplina de Filosofia².

Esse chamamento para os professores se deu como um atrativo de fazer/saber dos elementos epistemológicos e pragmáticos nos quais nos debruçaríamos a partir da efetivação da BNCC/Ensino Médio, quando for oficialmente articulada e colocada em efetiva atuação, não somente no contexto documental, mas no tocante à sua realização nas escolas e em sala de aula, especificamente.

Como professor de uma Escola de EJA, do Estado alagoano, a proposta foi-nos dada como um desafio para não fazermos nossas considerações não somente no âmbito de professores, mas convidando representantes de turmas do Ensino Médio para participarem de nossas visões sobre a BNCC. *A priori*, era somente os docentes que detinham o poder de somar/questionar/opinar sobre o documento do MEC, de forma que consideramos verticalizada, ou deficiente se não houvesse a participação dos alunos nesse dia D.

Com a plurirreferencialidade desses atores que chamados de sujeitos da educação, professores-alunos e demais funcionários da escola, propusemos a seguinte pergunta-problema: Qual a importância da colaboração entre esses sujeitos na averiguação da BNCC dentro da Escola? Em seguida, surgiu outra questão: Não haveria empreendedorismo desses sujeitos em trabalhar conjuntamente para a elaboração do documento oficial do MEC?

2.APONTAMENTOS SOBRE CULTURA E EMPREENDORISMO

² “Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade)” (arquivo do autor).

Precisamos falar inicialmente o que vem a ser cultura e o empreendedorismo de acordo com nossas percepções, e acrescentando nossas experiências como professor da Educação Básica.

A ideia de cultura vem de um étimo alemão “*kultur*” que, dentre várias traduções, significa cultivar. Daí se vem o termo *cultivação*. Quando se pensa em metáforas, o cultivo de algo implica no cuidado daquele que precisa de ajuda: falamos dos alunos nesse tocante, falamos da escola, falamos do espaço público nos quais estamos inseridos, também falamos de nós professores. Lemos:

A cultura é a própria identidade nascida na história, que ao mesmo tempo nos singulariza e nos torna eternos. É índice e reconhecimento da diversidade. É o terreno privilegiado da criação, da transgressão, do diálogo, da crítica, do conflito, da diferença e do entendimento. (CAMPOMORI, 2008, p. 78-79)³

Essa identidade cultural, além de cultivo, compreende a manifestação histórica frente à formação humana dos sujeitos. Não podemos nos esquecer que o ato criador e a transgressão são componentes do ser de cultura, eixo essencial e não essencialista de tensões e conflitos que advém da inter-relação dos sujeitos da escola, o foco dessa pesquisa, bem como a cultura como : “[...] uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta de um Continente dos Significados” (GEERTZ, 1989, p. 30-31)⁴.

A significação de cultura é endereçada a vários elementos, não sendo unívoca, mas desmembrável para significados ontológicos, epistemológicos e pragmáticos. Quando se fala em cultura escolar, de acordo com João Barroso:

[...] é a cultura organizacional da escola. Neste caso, não falamos da Escola enquanto instituição global, mas sim de cada escola em particular. O que está em causa nesta abordagem é a ‘cultura’ produzida pelos atores organizacionais nas relações uns com os outros, nas relações com o espaço e nas relações com os saberes ([s.d.], p. 02)⁵.

A cultura das organizações nos coloca no perspectivismo de que os atores dessa organização não entremeados de relações de heterogeneidades propostas

³ CAMPOMORI, M J. L. O que é avançado em cultura. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). **A república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

⁴ GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A, 1989.

⁵ BARROSO, J. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola**. [s.d.]. UNIFESP – Princípios Gerais da Administração Escolar. Disponível em https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf Acesso em Setembro de 2018.

para o construto dos saberes docentes e discentes como um todo. E é nessa linha de investigação que pensamos no elemento organizacional: o empreendedorismo.

Empreender significa colocar em execução uma determinada tarefa. Esta, na qual nos colocamos nesse instante, é um ato de empreendedor – a escrita (como ilustração).

Quando se pensa na relação dialética entre professores e alunos há um elo do ensino e aprendizagem entre esses sujeitos da educação. Ora, falamos de sujeitos pelo motivo de que esse termo só veio a existir na modernidade, no transcurso das revoluções francesa e industrial, nas terminologias das psicopatologias para tratar efetivamente “o ser do sujeito” possível de análise, estudo e reflexão (FOUCAULT, 2003). Segundo Rosário Rito Chaves e Cristina Parente (2011):

A construção do conhecimento na escola deve integrar-se num contexto complexo, dinâmico e interdisciplinar e não numa perspectiva fragmentada, estanque e disciplinar. Porém, a escola na sua prática pedagógica permanece refém de um ensino retórico e escolástico, frequentemente desfasado dos avanços científicos e tecnológicos e das transformações económicas e sociais. Não se pretende que a escola adopte um ritmo idêntico ao sistema económico, pois a sua missão e os seus objectivos são distintos. Todavia, com a velocidade e a intensidade das mudanças na contemporaneidade, tudo o que se aprende fica rapidamente ultrapassado (p.06)⁶.

A prática pedagógica se faz com o construto de complexidades e dinâmicas não fragmentadas. Ora, quando se aventa em empreender na escola, precisamos estar atentos com a velocidade e dinamismo desse processo organizacional, o empreender. As alavancas do desenvolvimento educacional no tocante ao ensino e aprendizagem, por exemplo, nos levam a perceber os desafios que temos, como professores, em compreender que essa dialética (ensinar e aprender) é ferramenta indispensável e ao mesmo tempo oscilante com os avanços das ciências da educação no cerne da prática contextualizada da cultura do saber/fazer educativos entre os sujeitos da educação: professor e aluno.

Ademais, entendemos que essa dupla ou esse dual que compõe o espaço escolar não está isolado, pois temos a interação dos mesmos com os outros sujeitos

⁶ CHAVES, R. R.; PARENTE, C. **O empreendedorismo na escola e o paradigma das competências: o caso da Junior Achievement — Portugal.** Revista Sociologia, Problemas e Práticas (Online). Volume 62. Disponível em <<https://journals.openedition.org/spp/601>> Acesso em Setembro de 2018.

da escola: diretores, coordenadores, faxineiros, zeladores, famílias e demais funcionários. Se uma escola não compreende o universo no qual ela se encontra, perde-se a capacidade de articular empreendedorismo.

Uma comunidade escolar deve ser por si só fomentadora e articuladora de culturas empreendedoras. Lembrem-se do cultivar? Pois bem, a ideia de cultivo perpassa a existência iminente de saber/fazer/refletir do universo plurirreferenciado que o espaço físico e humano da escola reclama a quem nela trabalha e está inserido.

Quaisquer tipos de ações que devolvam a cidadania e o compromisso da educação como instância não metafísica, mas como trocas de conhecimentos e de emancipação aos seus membros – essas ações promoverão e pronunciarão culturas empreendedoras. E como se dará a promoção dessa cultura do ensino e aprendizagem?

Pontuamos que a verticalidade é uma forma de eliminar a capacidade socioeducativa e empreendedora dos sujeitos da escola. Quando tratamos os alunos de forma a colocá-los inferiorizados, não abstraindo e não promovendo o saber pré-existente à sala de aula (por exemplo), contribuímos para a eliminação do desenvolvimento e progressão didático-pedagógico dos discentes, bem como a ausência do espaço de reflexão/ação entre todos.

E mais: a onipotência do professor que tudo sabe – mantenedor do conhecimento irrestrito –, bloqueia a dialética que se deveria estabelecer no espaço privilegiado da sala de aula. Isso também se reflete quando temos uma diretoria e coordenação pedagógicas malfadadas a ditames, regras, ao não diálogo entre à sua equipe, ou em termos atuais: colaboradores. Caracterizando o anverso ao processo de emancipação humana e educativa de seus pares, bem como da comunidade escolar. Compreendemos:

A ideia da educação escolar como uma forma de propiciar emancipação, no sentido de liberdade para os estudantes, é recorrente nos ideários educacionais, nos discursos políticos, estudos acadêmicos e até mesmo no senso comum, sendo colocada como se o caminho entre o processo educativo e a emancipação fosse algo que pudesse ocorrer prontamente. (LIMA&SILVA, 2018, p. 07)⁷.

⁷ LIMA, F. B. G; SILVA, K. A. C. P. **Emancipação humana e educação**: perspectivas para a formação escolar. Revista Educação em Perspectiva. Volume 01, N. 01, 2018. Disponível em <<https://educacaoemperspectiva.ufv.br/index.php/ppgeufv/article/view/773/234>> Acesso em Setembro de 2018.

Para se objetivar tanto a emancipação, quanto o empreendedorismo, precisa-se arriscar, colocar em dúvidas culturas preestabelecidas, ditames não questionados e considerados incólumes pela comunidade escolar com a finalidade de ampliar ou dar novos horizontes pedagógicos e humanos ao meio ao qual nos encontramos, a saber: a escola.

Temos uma cultura muitas vezes advindas de ranços colonialistas, não horizontalizadas, que dificulta a integração-ação dos sujeitos da escola. É nesse momento que devemos nos voltar à práxis que possa ajudar e eliminar os atavios e ações não dialógicas entre os sujeitos da educação e/ou escola.

Para tal, temos a busca da cidadania, dos anseios de melhores formas de educação/saber/cultivar, do entrosamento entre os membros da escola, das propostas dos PPPs, por exemplo, quando reunindo a comunidade escolar como um todo em direção a inovação, a respeito mútuos, a uma cultura que empreenda sem deixar de perder os aspectos de uma educação equânime.

4.A EXPERIÊNCIA EMPREENDEDORA: COMO SE EFETIVOU?

Citamos uma atividade feita em nossa escola: as discussões em torno da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica. Tanto professores, quanto alunos se dispuseram para dar as suas contribuições à BNCC. Inicialmente era uma atividade isolada somente entre os professores, mas a forma como conseguimos abarcar, mesmo com um documento problematizador aos alunos, nós conseguimos trazê-los à discussão, de dar orientação e esclarecer pontos cegos das competências e habilidades professorais de forma grupal – já se pode dizer que houve um movimento empreendedor, aferimos.

Os alunos não poderiam ficar isolados dessa tarefa que era, inicialmente, dada ao professor, contudo tivemos a oportunidade de que eles pudessem também opinar, ver o que de fato poderiam acrescentar e ou permanecer nos pontos da BNCC.

Estamos falando de uma escola pública de EJA, já apontando que de acordo com a LDB 9394/96:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a

aprendizagem ao longo da vida. [\(Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018\)](#)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. [\(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008\)](#)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exame (BRASIL, 1996, Seção V – Da Educação de Jovens e Adultos)⁸.

Visualmente percebemos que o EJAI cumpre a função de ser um instrumento da educação a alunos que estão em idade escolar irregular, promovendo tanto o ensino fundamental II, quanto o Ensino Médio, habilitando-os ao mundo do trabalho. Seus exames podem ser bimestrais como em ciclos, acrescentamos.

A filosofia do EJAI tem múltiplas facetas: nasceu da necessidade de educar alunos em condições irregulares de idade, objetivando a vivência da realidade social e cultural dos mesmos. Os conteúdos são inerentes ao ensino paulofreiriano nas suas *Pedagogias* – livros que sinalizam construtos contra uma educação capitalista e latifundiária. O já decantado *Método de Paulo Freire* nasceu em 1963, aqui no Brasil, tendo como alvo a alfabetização de alunos em um período de 40 horas na região de Angicos, no Rio Grande do Norte. O educador Freire conseguiu alfabetizar em torno de 300 pessoas nesse espaço de tempo. Assim diz Paulo Freire, em sua *Pedagogia da Autonomia*⁹:

Não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos [...] É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar (1997, p. 15).

⁸ BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

⁹ FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

A luta do recifense foi de eliminar as desigualdades sócias na Educação, não deixando o fator histórico aquém dessa práxis e de sua eticidade. Saber que a possibilidade de educar o sujeito poderá exigir a autonomia de “educar para a vida” (FREIRE, 1997, p. 68).

Mediante a introdução exposta acima sobre o sistema EJAII e tendo como foco a envergadura de Paulo Freire, fomos, nós professores, imbuídos de pontuar aspectos positivos e negativos da BNCC numa escola pública de Maceió/AL.

O chamado dia D, 02 de agosto de 2018, foi-nos recebido em cartilha de PDF:

FIGURA 1

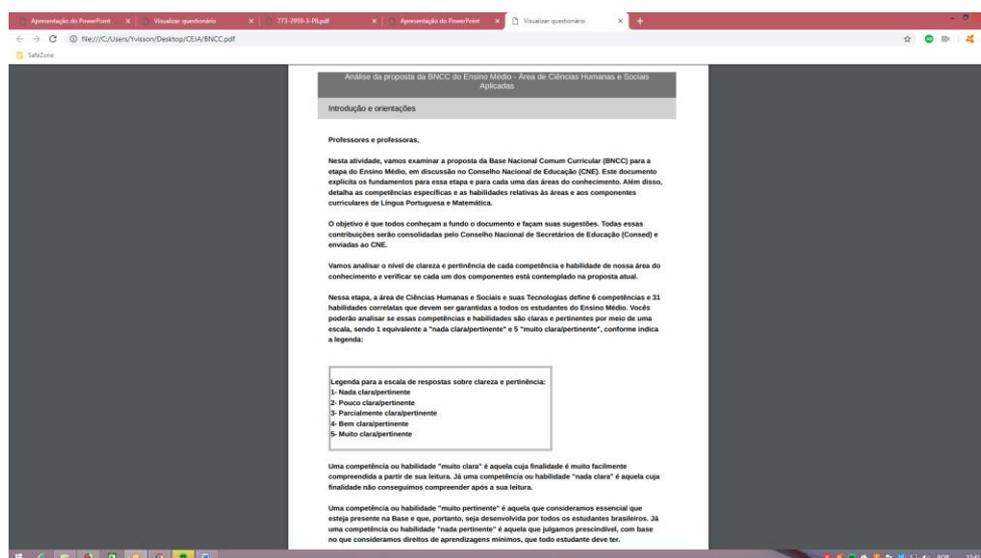


FONTE: Arquivo do autor.

Esse chamado para se observar os pontos importantes da BNCC foi retratado na nossa área de pesquisa, a saber: *Análise da proposta da BNCC do Ensino Médio: Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*.

Alunos representantes de turma, bem como os professores de Sociologia, Geografia, História e Filosofia (esta disciplina que atuou enquanto docente), dialogamos os passos dos textos que consistiam em dar avaliações nos seguintes tópicos: “*Legenda para a escala de respostas sobre clareza e pertinência: 1- Nada clara/pertinente 2- Pouco clara/pertinente 3- Parcialmente clara/pertinente 4- Bem clara/pertinente 5- Muito clara/pertinente*” (Documento do professor). Segue a ilustração do questionário que continha 29 páginas:

FIGURA 2



FONTE: Arquivo do autor

Os grupos foram organizados para responder as solicitações do questionário e colocar observações no espaço retangular do documento a sugestões por escrito. Não pretendemos elencar as questões como um todo, pois será fonte de uma futura pesquisa trabalhada por nós.

Entretanto, colocaremos uma dessas questões para se ter noção das perguntas propostas à inter-relação entre professores e alunos da escola estadual de EJAI:

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1 Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles (Arquivo do autor).

Nesse quesito, nós, professores e alunos representantes de turma, fizemos uma avaliação dessa competência sugerida: *bem clara e pertinente*, pois alcançaria os polos epistemológicos dos *Estudos e Práticas* que a LDB 9394/96 propõe. E o que são esses *Estudos e Práticas*?

Essas terminologias vêm a substituir o termo disciplina. Para cada área de conhecimento temos os *Estudos e Práticas*. Somente fica delimitada o termo disciplina para a Língua Portuguesa e Matemática, pois são consideradas obrigatórias. Ao nosso entender o termo disciplina, tendo um fundo disciplinar, de

vigilância e punição (FOUCAULT, 1987)¹⁰, nos soa não palatável para o momento educacional brasileiro. A envergadura de habilidades e competências na BNCC favorece uma pluralidade de discussão que se pauta no “desenvolvimento transdisciplinar” (PERRENOUD, 2005, p.45)¹¹. Essa transdisciplinaridade acopla, ao nosso entender, as multirreferencialidades epistemológicas da Sociologia, Geografia, História e Filosofia para a BNCC que está em construção.

Todo o documento intitulado “Análise da proposta da BNCC do Ensino Médio - Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” se codifica e ao mesmo tempo se reveste de caráter múltiplo. No nosso dia D, fizemos a leitura das perguntas e os alunos respondiam se estavam de acordo ou não sobre as habilidades. Foi um processo de 1h30m para a conclusão avaliativa.

Nesse íterim, percebemos que:

Sobre o desenvolvimento das competências, [...] Perrenoud apresenta uma lista de competências necessárias aos professores para ensinar com base na sua teoria. São elas:

1. organizar e dirigir situações de aprendizagem;
2. administrar a progressão das aprendizagens;
3. conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação;
4. envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho;
5. trabalhar em equipe;
6. participar da administração escolar;
7. informar e envolver os pais;
8. utilizar novas tecnologias;
9. enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão;
10. administrar a própria formação (PERRENOUD *apud* MOURA, [s.d.], p. 153)¹².

Na citação cima, podemos dizer que os verbos infinitivos demonstram as competências de cada professor, e o ponto 5. *Trabalhar em equipe*, bem como o 4. *envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho*, perfizeram nosso itinerário nesse dia D.

As discussões da BNCC com os alunos e professores foram levadas ao cabo de concluir que, esse documento apresentou um esquema pontual e necessário para o avanço do ensino e aprendizagem dos profissionais da *Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, bem como estimulou o espírito empreendedor dos

¹⁰ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes: 1987.

¹¹ PERRENOUD, P. **Escola e Cidadania**. O Papel da Escola na Formação para a Democracia, Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

¹² MOURA, A. **Philippe Perrenoud e a Teoria das Competências**. Teorias da Aprendizagem [s.d]. Disponível em <<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/14867.pdf>> Acesso em Setembro de 2018.

sujeitos envolvidos na observação de uma Educação cidadã e democrática de direito. Após a leitura do documento, assinamos a Ata para a confirmação de que lemos as questões e concordamos ou não com as mesmas para firmar, a nosso ver, o incentivo para a Educação Brasileira participativa.

Essa simples ação, trouxe o que podemos chamar de dignidade e autonomia aos sujeitos da educação – esses sujeitos que formam os alicerces da educação, pois sem eles não haveria o aspecto cidadão, libertador e reflexivo do processo de ensino a aprendizagem na Escola de EJA pesquisada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa trajetória que consideramos oportuna e eficaz para a atual conjuntura educacional brasileira, a avaliação diagnóstica de um documento do MEC não seria apenas uma mera avaliação docente, ao contrário. Compreendendo que alunos e professores no processo participativo de ensino e aprendizagem devem ser sujeitos emancipados e cidadãos, nossos apontamentos sobre o documento: *Análise da proposta da BNCC do Ensino Médio: Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, na Escola em que lecionamos, nos convidou a saber/fazer na práxis a interação, a troca e o compromisso vigente de que professores e alunos são copartícipes na manivela educativa.

Quando nos colocamos, juntos com professores da Área de Ciências Humanas e Aplicadas (Sociologia, Geografia, História e Filosofia), pudemos observar que uma verdadeira educação cidadã se efetivaria com a cooperação cultural e organizacional de seus membros.

Com os alunos e professores, o material que nos foi dado para averiguação, ou seja, a BNCC, tornou-se mais palatável e também possível de crítica. Essa crítica levou em consideração muitas vezes a ausência e a verticalização dos papéis que professores e alunos possuem em âmbitos escolares unívocos. Fizemos o anverso: na plurirreferencialidade que nos foi dada, especialmente na Escola de EJA de Maceió/AL, adotamos o lema participativo e cidadão desses sujeitos. A colaboração intensa no dia D trouxe-nos uma visão transdisciplinar para perceber que uma educação se dará somente quando compreendermos que as relações educacionais devem ser vistas de formas horizontais – trabalho em equipe na valorização dos

pressupostos epistemológicos de um compromisso universal com os sujeitos da educação de forma colaborativa e ética.

6.REFERÊNCIAS

- BARROSO, J. **Cultura, cultura escolar, cultura de escola**. [s.d.]. UNIFESP – Princípios Gerais da Administração Escolar. Disponível em <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf> Acesso em Setembro de 2018.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- CAMPOMORI, M J. L. O que é avançado em cultura. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). **A república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- CHAVES, R. R.; PARENTE, C. **O empreendedorismo na escola e o paradigma das competências**: o caso da Junior Achievement — Portugal. Revista Sociologia, Problemas e Práticas (Online). Volume 62. Disponível em <<https://journals.openedition.org/spp/601>> Acesso em Setembro de 2018
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes: 1987.
- FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder e Saber**. Org. e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; Trad: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A, 1989.
- LIMA, F. B. G; SILVA, K. A. C. P. **Emancipação humana e educação**: perspectivas para a formação escolar. Revista Educação em Perspectiva. Volume 01, N. 01, 2018. Disponível em <<https://educacaoemperspectiva.ufv.br/index.php/ppgeufv/article/view/773/234>> Acesso em Setembro de 2018.
- MOURA, A. **Philippe Perrenoud e a Teoria das Competências**. Teorias da Aprendizagem [s.d.]. Disponível em <<http://www2.videolivreria.com.br/pdfs/14867.pdf>> Acesso em Setembro de 2018.
- PERRENOUD, P. **Escola e Cidadania**. O Papel da Escola na Formação para a Democracia, Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.